

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Maria Lucia Mott

Dagmar E. Estermann Meyer

Ana Paula Vosne Martins

PARTO, PARTEIRAS E MATERNIDADE: dificilmente encontraríamos nos diferentes idiomas, outras palavras que se relacionem tanto ao universo feminino como essas três. Se numa primeira leitura a evocação é uníssona, as ciências humanas e sociais têm chamado a atenção para sua polissemia. O objetivo deste dossiê ao discutir esses temas é, justamente, o de deixar aflorar a multiplicidade de vozes e significados construídos ao longo do tempo, a fim de compreender a vida em sociedade, desfazendo mitos e problematizando o que parece “natural” e a-histórico.

Regina Morantz Sanchez, historiadora norte-americana, abre o dossiê com uma questão desafiadora: qual a contribuição das mulheres na área da Saúde, na virada do século XIX para o XX, quando este período é examinado à luz da crítica feminista atual? A autora parte da análise da atuação das mulheres, em especial das novas profissionais de Saúde (médicas e enfermeiras), que militaram por reformas sociais, pela elaboração de políticas de bem-estar social, pela crítica e também pela adoção de novas teorias e práticas de Saúde. Salaria que muitas delas se apoiaram na “maternidade espiritual” para explicar a especificidade das necessidades e a adequação do sexo feminino na prestação de serviços de Saúde, sobretudo aqueles voltados para mulheres e crianças.

Seu artigo evidencia que, ao mesmo tempo em que a Saúde se constituiu como um importante campo de trabalho para o sexo feminino, ela foi constituída, construída, pelas mulheres. Daí a necessidade de pensar não só as contribuições, mas também os limites e os constrangimentos que a crença na diferença entre os sexos professada por essas primeiras profissionais trouxe para as próprias mulheres.

Alessandra Gissi analisa a formação, regulação e fiscalização do trabalho das parteiras na França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Holanda com o objetivo de discutir o papel dessas profissionais no controle da natalidade, na Europa do século XX. Salaria que nos diferentes países europeus, as parteiras eram consideradas como “possuindo exclusiva e potencialmente a capacidade de facilitar os nascimentos ou de limitá-los”, sendo utilizadas como “massa de manobra” na defesa de políticas demográficas desenvolvidas pelos governos. Traz para primeiro plano o aborto como uma importante atividade desempenhada pelas parteiras, tema em geral silenciado ou considerado menor por muitos/as estudiosos/as. Possibilita, assim, repensar a atuação das parteiras num contexto mais amplo, o da história das políticas

GÊNERO

demográficas e do controle das práticas reprodutivas na Europa Ocidental e, por consequência, dimensionar a influência destas no contexto brasileiro.

Seguindo na trilha da autora italiana, no artigo “Parteiras: o outro lado da profissão”, Maria Lucia Mott alerta para a necessidade de estudar as parteiras para além das práticas e técnicas em torno do nascimento. Segundo a autora, antecedendo as enfermeiras e as profissionais liberais (médicas, dentistas, farmacêuticas, advogadas etc.), as parteiras diplomadas que atuavam no meio urbano (1830-1930) podem ser consideradas senão o primeiro grupo profissional feminino, um dos primeiros a enfrentar as exigências do mercado de trabalho capitalista; daí o interesse em conhecer as estratégias utilizadas e as dificuldades enfrentadas para sua inserção profissional. Neste sentido, analisa as diversas atividades por elas desempenhadas, discute as tensões, disputas e conflitos no mercado de trabalho e argumenta que, além da competência técnica, o exercício da profissão de parteira requeria visão profissional ampla que possibilitasse enfrentar a concorrência e as transformações no mercado da Saúde. A pesquisa possibilita repensar a história urbana e a inserção das mulheres no espaço público. Dá visibilidade a segmentos pouco estudados pela historiografia, como, por exemplo, o das mulheres nacionais e estrangeiras que viveram e sustentaram a família com o próprio trabalho na área da Saúde.

Carmen Susana Tornquist pesquisa a atuação das parteiras no Brasil atual, que continuam sendo responsáveis pelo atendimento das mulheres das camadas mais pobres tanto em periferias de grandes cidades quanto em regiões mais distantes dos centros urbanos. Recorrendo a narrativas sobre partos realizadas durante Programas Oficiais de Capacitação de Parteiras, a autora reporta-se ao universo das parteiras populares, cujos conhecimentos e técnicas apontam para formas não medicalizadas de perceber o parto, cuja análise possibilita relativizar nossas concepções contemporâneas acerca do nascimento. Sua proposta é de escuta, no sentido de desvendar os conhecimentos, as práticas e o universo simbólico dessas mulheres, evitando, assim, sua folclorização. Estabelece um importante diálogo com as representações de parteiras que atravessam os discursos sobre humanização do parto e algumas reflexões feministas, e, com isso, contribui de forma significativa para a reflexão sobre o papel e as atribuições das parteiras não só no presente, como também no passado.

Os artigos de Rita de Cássia Marques, Ana Paula Martins e Elizabeth Rago discutem a atuação dos médicos nas práticas e políticas voltadas para a maternidade, sobretudo para as mães pobres e seus filhos. Questões como eugenia, feminismo, filantropia, políticas públicas e formação e controle profissional são retomadas.

O artigo de Rita de Cássia Marques desloca nossa atenção para Belo Horizonte e para o advento da transferência do parto do domicílio para o hospital, nas primeiras décadas do século XX. Em 1916, Hugo Furquim Werneck lutou pela fundação da “Maternidade Hilda Brandão”, primeira de Belo Horizonte, e contou com a ajuda da filantropia feminina. O médico se tornou um missionário da medicalização, sobretudo do corpo das mulheres, fazendo do atendimento hospitalar (e médico) uma

verdadeira cruzada. Preocupado com questões morais e populacionais, defendia a maternidade como um espaço dedicado à obstetrícia, mas também à saúde da mulher, um espaço de formação de médicos e de enfermeiras, de combate ao atendimento domiciliar e às parteiras.

Ana Paula Vosne Martins analisa a atuação do médico baiano Martagão Gesteira, frente à “Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil”, instituição que desde o ano de 1923 se dedicou à proteção e ao atendimento médico e assistencial à maternidade e à infância na cidade de Salvador. Destaca o contexto político da problemática social da maternidade e da infância, bem como o papel desempenhado pela Liga ao propor uma ação articulada entre a benemerência e os poderes públicos, ação esta que efetivamente foi bem sucedida e serviu de modelo para as políticas públicas implementadas pelo governo federal a partir da década de 1940.

Elisabeth Rago nos apresenta um artigo que se desdobra de suas pesquisas de doutoramento sobre a médica baiana Francisca Prager Fróes (1872-1931). Tomando o seu envolvimento no campo dos direitos da mulher como referência, a autora descreve não apenas a maneira pela qual a médica participa do debate sobre a construção de um “Brasil Moderno”, mas, sobretudo, como os temas da higiene, da saúde da mulher e da maternidade se inscrevem no quadro do projeto de regeneração social do país. Dessa forma, a autora evidencia que os reformadores brasileiros do período interessaram-se amplamente pelas questões de gênero, pelo corpo feminino, pela sexualidade, entre outras.

No artigo “A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento”, Dagmar Estermann Meyer, apoiada em algumas pesquisas que problematizaram dimensões de gênero em políticas e programas de Educação e de Saúde, constrói e defende o argumento de que estamos re-vivendo um período de intensa “politização da maternidade”. Ela sustenta que isso ocorre no âmbito de uma discursividade – produzida no interior de quatro movimentos sociais que se conectam ao longo do séc. XX – na qual se articulam explícita e intensamente, problemas sociais contemporâneos a certos modos de sentir e de viver a maternidade. Nesta operação articulatória, tais problemas se descolam dos processos sociais em que são gerados, vinculando-se sua “solução” a determinados tipos de relação mãe-filho e de exercício de maternidade. A politização da maternidade que se configura, nesse contexto, não é necessariamente inovadora, mas atualiza, exacerba, complexifica e multiplica investimentos educativo-assistenciais que têm como foco mulheres-mães; ela é, também, incorporada e difundida pelas políticas de Estado, pelos manuais, revistas, jornais, televisão, cinema e publicidade e, dessa forma, as representações de mãe cuidadosa (que cuida e se cuida) e de seus contrapontos – a mãe negligente, a mãe ignorante, a mãe que abandona – triunfam e, ao mesmo tempo, se democratizam, como se pode ver nas inúmeras e extensas reportagens que, contemporaneamente, tematizam (e, em alguns casos, até demonizam) a maternidade.

GÊNERO

As diferentes abordagens sobre *Parto, Parteiras e Maternidade* apresentadas neste dossiê revelam a amplitude de um campo de estudos interdisciplinares que vemos se constituir no meio acadêmico. A contribuição destas reflexões aponta para alguns problemas e desafios de ordem teórica e metodológica, como as condições de acesso e de preservação dos arquivos das instituições de saúde, públicas e privadas; os conceitos utilizados para pensar a articulação entre gênero e política e ainda as relações entre maternidade, feminismo e políticas públicas. Entendemos que este dossiê é, mais do que a apresentação de pesquisas sobre temas, locais e temporalidades diferenciadas sobre parto, parteiras e maternidade, um convite para a interlocução entre as(os) pesquisadoras(es) e, esperamos, um estímulo para novas pesquisas na área temática.